

## Resenha

### **Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?**

César Ricardo Siqueira Bolaño, São Paulo: Editora Paulus, 2007, 124 p.

Naná Garcez de Castro DÓRIA<sup>1</sup>

Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil? Essa é a pergunta instigante que faz o prof. César Ricardo Siqueira Bolaño, colocada como título do livro nº 10, que compõe a coleção Questões Fundamentais da editora Paulus, publicado em 2007. É uma leitura fundamental para quem quer entender como funciona o sistema público de concessões de rádio e televisão, como são formuladas as regulamentações dos serviços de telecomunicações e do sistema de informática, bem como os avanços e recuos no processo de democratização da informação e exercício da cidadania.

De fato, ao historiar, a partir de 1962, o processo de registro de concessões da radiodifusão, ele responde ao longo das 124 páginas da publicação, que traz a apresentação e mais oito capítulos, além da referência bibliográfica vasta, composta não apenas de livros, como de artigos, entrevistas concedidas em jornalistas, documentos disponíveis em páginas eletrônicas de entidades de jornalistas,

Já na apresentação o autor é explícito: “o objetivo desse livro é discutir o modelo de regulação do setor audiovisual e do conjunto do macro-setor das comunicações no Brasil, analisando a evolução histórica da legislação sobre o tema, as principais tendências, através das quais os atores hegemônicos influenciam os processos regulatórios e legislativos”.

No mesmo parágrafo, Bolaño continua a explicação ao acrescentar que “trata-se de analisar a regulamentação à luz da regulação, no sentido propriamente regulacionista do termo, na perspectiva de convergência entre o audiovisual, as telecomunicações e a informática, considerando a questão da diversidade regional, dada a crescente importância da produção de programas, num momento em que a tendência à

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPB

digitalização universal e à convergência apontam para uma reestruturação geral dos setores de software e conteúdo”.

César Ricardo Siqueira Bolaño é jornalista formado pela Universidade de São Paulo, doutor em Economia pela Unicamp e professor da Universidade Federal de Sergipe, além de pesquisador do CNPq, presidente da União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, vice-presidente da Associação Latinoamericana de Investigadores da Comunicação e tesoureiro da International Association for Media and Communication Research.

Com essas credenciais, entende-se também o enfoque prioritário dado às informações coletadas e à forma de análise do tema nos oito capítulos do livro, porque o pesquisador, ainda na apresentação, diz que para entender o problema da regulação do setor audiovisual e da comunicação brasileira “é preciso ir além dos aspectos jurídicos formais e analisá-lo na perspectiva da Economia Política e da reestruturação dos mercados e das relações de poder e hegemonia que se processam hoje no setor audiovisual do país.

Autor também de “Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia” e “A televisão brasileira na era digital”, neste livro, ele trata do Código Brasileiro de Telecomunicações, documento instituído pela Lei 4.117 (de 27/08/1962), que possibilitou a estruturação efetiva de um sistema comercial privado de rádio e televisão, baseado nas concessões públicas, embora tenha preservado o direito da União de executar os mesmos serviços, inclusive assegurando os canais universitários.

Com isso, os veículos antes tão oficialmente caracterizados como de função cultural e educativa passam a ser fortemente explorados do ponto de vista comercial, como negócios da comunicação, com espaços bem menores dedicados à informação, cultura e educação.

Gradualmente, o autor explica a formação da estrutura pública regulatória do sistema de comunicação – regulamento, conselho, departamento, decreto-lei, etc. – fazendo um paralelo com o avanço econômico das empresas privadas de rádio e televisão.

Mais adiante, ele retrata o embate entre conservadores e progressistas na Constituinte de 1988 e na definição da Lei da TV a Cabo. E, numa sociedade

democrática, as forças políticas e sociais se enfrentam e negociam soluções coletivas no espaço legislativo. O Brasil, à época em transição, saído de um regime ditatorial, discutia o novo arcabouço jurídico para reger relações internas e externas.

Nesse contexto, o segmento hegemônico na área de comunicação foi representado pela ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – e do outro lado estava a FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas, entidade dos trabalhadores da comunicação que também atuava para influenciar os congressistas.

Como avanço, o autor aponta a inclusão da criação do Conselho Nacional de Comunicação, na Constituição Federal de 1988, como um colegiado regulador do segmento, órgão coletivo autônomo, com atribuições executivas e composto por representantes de entidades da sociedade civil organizada (empresarial e de trabalhadores, inclusive) e do poder público. Mas, ele também demonstra que a conquista inicial não se revela, ao longo do tempo, tão proveitosa.

Minuciosamente, Bolaño analisa outros dispositivos e questões como a do capítulo 3, que trata da diversidade cultural nas leis de TV a Cabo e de incentivo à cultura e à produção audiovisual. Com críticas ácidas ao governo do presidente Fernando Collor de Melo “pelo que destruiu”: extinção do Ministério da Cultura, da Fundação do Cinema Brasileiro, do Conselho Nacional de Cinema e da Embrafilme assim como o fim dos incentivos fiscais na área cultural.

A privatização das telecomunicações: ruptura parcial do velho modelo aborda o modelo de regulação do audiovisual, as inovações trazidas pela legislação da TV a cabo, a reestruturação do setor de telecomunicações com a privatização da telefonia, no quadro de reformas liberalizantes do governo Fernando Henrique Cardoso e os marcos regulatórios – Lei Geral de Telecomunicações (07/07/1997) e a Lei Geral da Comunicação Eletrônica de Massa.

Quando se refere à Política Nacional de Informática, o autor toma como referência o trabalho de Jorge Tapia, que “estuda todo o período de 1977 a 1991, das origens da velha política de reserva de mercado e da Secretaria Especial de Informática (SEI) até sua crise e as mudanças ocorridas durante o governo Collor”, até a implantação da Lei de Informática (7.232/84).

Num balanço que vai até os dias atuais de incentivos fiscais para os gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e o novo modelo de regulação, que levou ao estímulo da competitividade industrial e avanços tecnológicos. Bolaño aponta que a legislação levou à três ações fundamentais: Programa Temática Multi-institucional em Ciência da Computação; Programa Nacional de Software para Exportação e a Rede Nacional de Pesquisa, “base para a expansão da internet no país”. No universo científico a rede foi oficializada em 1989 e a partir de 1995, a internet comercial se expande rapidamente no País.

O Brasil, do ponto de vista legal, sempre restringiu a presença do capital estrangeiro nos veículos de comunicação. No entanto, em 1995, ao tratar da lei de TV a Cabo e a Lei Geral de Telecomunicação quebrou o paradigma que o capital estrangeiro não podia passar dos 49% numa empresa de comunicação. Neste momento, grandes empresas brasileiras de televisão e rádio se reagruparam em torno da ABERT e trabalharam junto aos congressistas para que fosse mantida a limitação no que se refere à radiodifusão e condenaram a falta de garantias para a preservação do conteúdo nacional, evidenciando a preocupação com a concorrência estrangeira.

Portanto, a questão do capital estrangeiro não foi ponto pacífico, antes pelo contrário, demorou quase onze anos para que uma acordo entre os partidos e os empresários da radiodifusão fosse concluído.

Nada ficou esquecido em termos de política pública de comunicação. O processo de implantação da digitalização, no processo de substituição da tecnologia analógica foi abordado desde as primeiras posições do Ministério da Comunicação, em 2001 envolvendo discussões sobre transferência e desenvolvimento de tecnologias para definição do padrão digital a ser adotado.

Mas, ao se ler TV digital e as políticas de comunicação no primeiro Governo Lula, constata-se que ficou muito distante o que aconteceu das premissas estabelecidas em 2005 para a criação do sistema brasileiro de TV Digital.

O modelo brasileiro de regulação da comunicação: conclusão e perspectivas é o capítulo final. Ao término da leitura, com as considerações efetuadas pelo autor, se tem uma visão clara do contexto atual do sistema de comunicação e a certeza de que os avanços em prol da democratização e da interação social decorrem de instantes de

mobilização da sociedade civil, organizada pode atuar de forma política, seja através dos representantes legislativos, seja por meio do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação. Da mesma forma, as forças hegemônicas, nos campos político e econômico, se organizam para fazer valer seus interesses.

Pode-se criticá-lo pela intensa recorrência a Murilo César Ramos (professor, pesquisador e criador do Laboratório de Políticas de Comunicação e Informação da Universidade de Brasileira, declarado militante da luta pela democratização do sistema de comunicação e do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação) que organizou o livro Políticas de comunicação – buscas teóricas e práticas, juntamente com Suzy dos Santos,

Mas, todo o texto foi construído a partir ampla pesquisa documental, tanto de legislações, como de entrevistas, matérias de jornais, levantamento de projetos de lei, por isso, a qualidade das informações e das afirmações. Por enquanto, a lógica das políticas de comunicação no Brasil tem coerência, na área do audiovisual no sentido de preservar os interesses dos radiodifusores.

Por outro lado, nesta era digital, há uma discussão centrada em aspectos técnicos e econômicos, desvinculados de um debate mais amplo de políticas de comunicação e de democratização do sistema de comunicação audiovisual. Para finalizar, Solaño entende que a tendência atual é de decadência dos sistemas de comunicação de massa e de avanço da internacionalização do mercado brasileiro de televisão.

Ele conclui: “O Brasil permanece sendo, portanto, no audiovisual, um paraíso, antes perdido para o grande capital internacional deixado por décadas para o usufruto dos caciques locais e agora pronto para ser desbravado. A soberania nacional impõe, não obstante, que os novos colonizadores se adaptem às tradições locais, reconheçam o poder das elites autóctones e se integrem na luta pela preservação do caráter selvagem do capitalismo brasileiro”. É uma leitura indispensável para entender a realidade da comunicação brasileira.